



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 38/XI/1ª

14.Abril.2010 – 10h00

Aos 14 dias do mês de Abril de 2010, pelas 11h00, reuniu na Sala 12 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Audição da Ordem dos Arquitectos, no âmbito da apreciação da Petição nº 31/XI - “Pela salvaguarda do edifício da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha”**

- 2. Audição do Instituto Politécnico de Leiria, no âmbito da apreciação da Petição nº 31/XI - “Pela salvaguarda do edifício da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha”**

- 3. Audição do presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, no âmbito da apreciação da Petição nº 31/XI - “Pela salvaguarda do edifício da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha”**

- 4. Outros Assuntos**

- 5. Data da próxima reunião**

Dia 20.Abril.2010

- 1. Audição da Ordem dos Arquitectos, no âmbito da apreciação da Petição nº 31/XI - “Pela salvaguarda do edifício da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha”**

O Arquitecto João Rodeia apresentou uma breve cronologia deste processo, fazendo referência às várias missivas que a Ordem dos Arquitectos dirigiu à direcção do Instituto Politécnico de Leiria e à Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha, desde Julho de 2009, sem ter obtido qualquer resposta.

Com essas comunicações, a Ordem dos Arquitectos procurava, junto da Escola, encontrar uma solução consensual e apresentar a disponibilidade da Ordem para a realização de um trabalho conjunto.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Reconhecendo a importância das obras para salvaguarda da integridade do edifício, referiu desconhecer se a intervenção foi objecto de parecer do IGESPAR, requisito obrigatório para o início das obras.

O Arquitecto Tiago Montepedago alertou para a necessidade de existir bom senso, tratando-se de um edifício premiado. Considerou ainda que a intervenção conduzirá, inevitavelmente, a uma transformação irreversível no edifício.

Acrescentou também ter conhecimento de que o Instituto Politécnico de Leiria procurou envolver os arquitectos no acompanhamento da obra, desconhecendo-se os moldes de tal colaboração. Todavia, reconheceu que este tipo de acompanhamento deveria ocorrer no início do processo e não na fase em que se encontra concluído o caderno de encargos.

O Senhor Deputado José Ferreira Gomes (PSD) enalteceu o trabalho da Ordem, por se ter envolvido neste processo de interesse público e de defesa de um património colectivo e colocou algumas questões relativas à alteração das características do edifício decorrente da intervenção, à possibilidade de estarem em perigo elementos que deveriam ser preservados e ainda quanto à urgência das diligências a tomar. Solicitou ainda informações mais detalhadas sobre a dimensão das obras previstas.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) chamou a atenção para o facto de o sufoco financeiro das instituições de ensino superior poder estar na origem de opções menos ponderadas e onerosas, considerando, todavia, que estas dificuldades não podem justificar atropelos à lei. Fez ainda referência à morosidade na classificação do edifício, pelo IGESPAR, que terá contribuído para a inexistência de projecto de arquitectura.

A Senhora Deputada Teresa Damásio (PS) solicitou esclarecimentos sobre a obrigatoriedade do projecto de arquitectura e sobre a distinção entre este e o caderno de encargos.

Respondendo às questões colocadas, o Arquitecto João Rodeia esclareceu que o que está aqui em causa não é apenas uma intervenção ao nível da manutenção, tratando-se antes da alteração da fisionomia do projecto inicial. A mudança de caixilharia, que está prevista, implica a elaboração de um projecto, não sendo esta exactamente igual à anterior. Por outro lado, encontrando-se o edifício em vias de classificação, seria obrigatório sujeitá-lo a um projecto de arquitectura, visto que tem todas as prerrogativas de um edifício classificado.

O Arquitecto Tiago Montepedago considerou não ser aceitável que num edifício premiado se proceda a uma intervenção com base no preço, apesar de a opção por um projecto de arquitectura poder não ser a mais onerosa.

**2. Audição do Instituto Politécnico de Leiria, no âmbito da apreciação da Petição nº 31/XI -
“Pela salvaguarda do edifício da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha”**

O Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) traçou um breve percurso do processo de intervenção da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha, referindo que a necessidade de reparação do edifício decorreu de um relatório de auditoria de higiene e segurança realizada às instalações da ESAD.CR, em Setembro de 2007, que detectou vários problemas ao nível da segurança, conforto térmico, iluminação, entre outros. Por outro lado, existia a necessidade de adequar o edifício às normas aprovadas mais recentemente.

Nesta sequência, foi elaborado um projecto de intervenção, por uma equipa multidisciplinar técnica, que envolveu várias especialidades de engenharia.

Após ter tido conhecimento desta Petição, a direcção do IPL tomou a decisão de suspender o processo e proceder à sua reavaliação, tendo-se concluído que se deveria avançar com as obras, contando com o acompanhamento de 2 arquitectos, inscritos na Ordem.

Referiu ainda não ter conhecimento de que tenha sido iniciado qualquer processo de classificação do edifício, acrescentando que, no site do IGESPAR, não foi encontrado o processo relativo a este edifício.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) colocou algumas questões relativas à relação e aos contactos estabelecidos entre o IPL e os peticionários, visto que a Ordem terá endereçado várias missivas à direcção do IPL, sem, no entanto, obter qualquer resposta. Questionou ainda sobre as diligências tomadas junto dos subscritores da Petição, após terem tido conhecimento da mesma.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) alertou para o facto de o sufoco financeiro em que se encontram as instituições de ensino superior não permitir, em muitos casos, fazer face às despesas de manutenção. Quis ainda saber se a opção dos custos presidiu à solução adoptada e se as obras previstas poderão colocar em risco o projecto original do edifício.

O Senhor Deputado José Ferreira Gomes (PSD) solicitou uma calendarização das várias etapas referidas e colocou ainda questões sobre o tipo e alcance das intervenções, quais as mais significativas e se existiu uma opção por custos mais baixos. Questionou ainda se o impacto arquitectónico que pode resultar das obras justifica as preocupações dos peticionários, designadamente no que tem que ver com a substituição dos vãos.

A Senhora Deputada Teresa Damásio (PS) solicitou o envio das fotografias que ilustram o estado de degradação do edifício, bem como do relatório de auditoria que desencadeou o processo de intervenção. Colocou ainda algumas questões sobre o alcance, dimensão e repercussões das obras, em termos de alteração da fisionomia original do edifício.

Em resposta às questões colocadas, e em particular, em relação às cartas que a Ordem dos Arquitectos terá endereçado ao IPL, o Senhor Presidente referiu não ter conhecimento de terem sido recepcionadas, mas transmitiu que iria averiguar, por conterem as mesmas datas anteriores à sua tomada de posse.

Apresentou, de seguida, uma breve calendarização das várias etapas deste processo, que teve início em Setembro de 2007, com a apresentação do relatório de auditoria de higiene e segurança, encontrando-se prevista a conclusão da obra no final de 2010.

Em relação ao nível de intervenção do edifício, esclareceu que estão previstas pinturas na fachada exterior e substituição de portas e de janelas, que decorre também da necessidade de adequação às exigências de segurança actuais, mas salvaguardando sempre o desenho original. Ao nível do interior, a intervenção será ao nível da climatização, ventilação, acústica, iluminação, pinturas e, em alguns casos, instalação de tectos falsos, não se prevendo, contudo, alteração da geometria dos espaços.

O Dr. Paulo Fernandes acrescentou que a verificação do desempenho térmico do edifício e de iluminação obrigou à alteração dos vãos, tendo existido a preocupação de respeitar o desenho dos mesmos em relação ao plano da janela, que ganha apenas relevo.

3. Audição do presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, no âmbito da apreciação da Petição nº 31/XI - “Pela salvaguarda do edifício da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha”

O Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha referiu que o edifício tem interesse arquitectónico, estando inscrito no Plano Director Municipal com essa designação e a obra não necessita de licenciamento pela Câmara, atentas as competências do Instituto Politécnico em relação à realização das obras nas suas instalações. Informou também que a Câmara Municipal não pediu ao IGESPAR a classificação do edifício.

Mencionou ainda que o Instituto Politécnico lhe deu conhecimento informal das obras a executar, sabendo que constam da pintura exterior com a mesma cor e tapamento de fissuras, bem como da substituição da caixilharia em ferro (que se encontra bastante degradada) por alumínio e com vidros duplos, por razões térmicas, de funcionalidade e de manutenção. Manifestou-se no sentido de que a alteração é aceitável e que não haverá atentado arquitectónico com as obras, atenta a credibilidade do Instituto e a atenção que dá a estas matérias, tanto mais que está instalada no edifício uma escola de artes e design.

O Senhor Deputado José Ferreira Gomes (PSD) manifestou preocupação em relação às obras, tendo em conta o interesse do edifício e transmitiu as informações prestadas pelo Instituto, que actualmente já tem uma equipa de arquitectos a tratar do processo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Senhora Deputada Teresa Damásio (PS) referiu que o edifício já mereceu um prémio da Câmara Municipal das Caldas da Rainha em 2003 e indicou que a Ordem dos Arquitectos realçou a importância do edifício, que demonstra uma determinada corrente arquitectónica.

O Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha indicou que os petiçãoários não contactaram a Câmara, que esta tem boas relações com o Instituto e confirmou que o edifício foi inicialmente classificado pela Ordem dos Arquitectos e posteriormente distinguido pela Câmara. Entende que as obras são necessárias e aceitáveis (desconhece as eventuais alterações internas) e não irão desfigurar o valor arquitectónico do edifício, confiando no Instituto Politécnico.

4. Outros Assuntos

5. Data da próxima reunião

Dia 20.Abril.2010

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 14 de Abril de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENÇAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
Emídio Guerreiro
João Prata
José Ferreira Gomes
Luiz Fagundes Duarte
Teresa Damásio
Heitor Sousa
Rita Rato